

**ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e dez realizou-se a Centésima Vigésima Sexta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55 – 11º andar – sl. 1108, Porto Alegre, com o início às quatorze horas e trinta e sete minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Giancarlo Tusi Pinto**, Representante da Secretária do Meio Ambiente; **Sr. Luiz Augusto Petry**, Representante da Secretária da Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento; **Aloísio Sirangelo Braun**, Representante da Secretaria de Ciência e Tecnologia; **Sra. Marta H. Marchiori Dias**, Representante do SEDAI; **Sr. Roberto Militão Ortiz Pereira**, Representante da Secretaria de Obras Públicas e Saneamento; **Luciano Delfini Alencastro**, Representante da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG; **Sr. Paulo Brack**, Representante Titular do Ingá; **Sr. Flávio Lewgoy**, Representante Titular da AGAPAN; **Sra. Lisiane Becker**, Representante Titular da Mira-Serra; **Sr. Daniel Chies**, Representante Suplente do Amigos da Floresta; **Sr. Darci Bernech Campani**, Representante Titular da Instituição Universitária Pública; **Sr. Adilson Carlos Metz** e **Sr. Paulino Olivo Donatti**, Representantes Titular e Suplente da FETAG; **Sr. Torvaldo Antônio Marzolla Filho**, Representante Titular da FIERGS; **Sr. Valtemir Goldmeier**, Representante Titular da FAMURS; **Sr. João Pessoa Pereira**, Representante Suplente do IBAMA; **Sr. Maurício Colombo**, Representante Titular dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sr. Mauro Gomes de Moura**, Representante Suplente da FEPAM. Participaram também da reunião, como convidados: Niro Afonso Pieper – SEMA/SIGA; Giovana Reis Ghidim – Bióloga de São Francisco de Paula; Jeferson Leandro Muniz Fabbin – Prefeitura Municipal de São José do (...); Walmor Sicorra – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Tupandi; (...) – STR; Ellen Costa Soitica – SMAM - Alvorada; Luana Tavares de Souza – SMAM - Alvorada; Maurício H. C. de Oliveira – SMAM - Alvorada; Eduardo Paskulin – ANAMA; Felipe Patea Amaral – Biofilia/APEEMM; Gisela Maria de Souza – Meio Ambiente Campo Bom; Eduardo Osório Stumpf – Comitês de Bacias Hidrográficas; Alpha da Rosa Peuffer – Ass. Int. Lins Clubes PA.; Rogério Mongelos – ONG Mira-Serra; Joana Paloschi – Elabore; João Rogorar – M. de Souza; Ângela Regina Ramires – M. de Souza. **Pauta: 1. Aprovação da Ata da 125ª Reunião ordinária; 2. Comunicações; 3. Apresentação do pedido de vista da proposta de alteração e ampliação da Resolução 102 do CONSEMA - Processo 4300.0500.082.; 4. Qualificação de Municípios; 5. Assuntos Gerais.** Os trabalhos foram abertos pelo Sr. Giancarlo Tusi Pinto.– Representante da Secretaria do Meio Ambiente, e secretariados pela Sra. Andrea Neves – Secretaria Executiva da SEMA. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Boa-tarde Senhoras e Senhores Conselheiros. Sejam bem-vindos à 126ª Reunião Ordinária do nosso Conselho. Tendo *quorum* para essa reunião, vamos já entrar em nossa abertura. Temos o nosso primeiro item, aprovação da Ata da reunião passada. **1. Aprovação da Ata da 125ª Reunião ordinária. Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Eu solicito, de pronto, a dispensa da leitura da Ata com base no artigo 28, parágrafo 4º. Algum Conselheiro querendo se manifestar quanto à dispensa da leitura da Ata? Ninguém para se manifestar. Então, colocamos em votação o teor da Ata da reunião passada, a 125ª. Os Conselheiros que são favoráveis, por favor, manifestem-se. *(15 Conselheiros a favor, nenhum Conselheiro contrário; nenhuma abstenção.) Aprovada. Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):* Então, está *aprovada, por unanimidade* a Ata da reunião do mês de janeiro. Item 2 da nossa pauta. **2. Comunicações. Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Primeira comunicação, justificativa do Senhor Eduardo Aléxis Lobo Alcayaga, representante da Instituição Universidade Privada: *Não poderá se fazer presente na reunião abaixo citada pois estará de férias no período.* Segunda justificativa: *a impossibilidade de comparecimento do representante da FARSUL na reunião de hoje, devido a compromisso em um evento da abertura da colheita do arroz em Camaquã.* Terceira comunicação, do engenheiro Germano justificando a ausência na reunião de hoje por motivos de saúde. Quarta comunicação: *O Secretário de Estado de Obras Públicas, José Carlos Breda. Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos apresentar o engenheiro Roberto Militão Ortiz Pereira - seja bem-vindo, Roberto – como representante a Secretaria de Obras na reunião ordinária do CONSEMA.* Eram essas as Comunicações. Entrando na nossa pauta, Item 3. **3. Apresentação do pedido de vista da proposta de alteração e ampliação da Resolução 102 do CONSEMA - Processo 4300.0500.082. Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Nós tivemos três ou quatro pedidos de vista na reunião passada. Então, vamos aos pareceres. Por favor, Senhores Conselheiros, quem usa a palavra primeiro? Lisiane, por favor. **Sra. Lisiane Becker:** Boa-tarde a todos. Em relação ao pedido de vista solicitado sobre as alterações da Proposta de Resolução 102, todos os Conselheiros receberam o nosso parecer e, para resumir, nós achamos que daquele enorme processo ficou resumido esse bolinho de páginas, que é o que tramitou realmente sobre a Resolução 102, referente às alterações solicitadas. Nós achamos, na síntese, que deve

59 ser criado um GT para analisar melhor, principalmente a questão da silvicultura, que não passou, não foi
60 discutido. Realmente, passou pela Câmara – só passou, não foi discutido. Deveria retornar às Câmaras
61 Técnicas, principalmente a de Gestão Compartilhada Município-Estado, onde não foi discutida a questão
62 da silvicultura com a ênfase que é necessária. Só existe um parecer, nesse processo todo, relativo a
63 licenciamento ambiental municipal da silvicultura. Então, essa é a nossa conclusão final, depois de expor
64 tudo que foi apreciado no processo. Realmente, foi muito pouco abordado, foi pouco discutido para tantas
65 atividades e com o potencial de impacto que elas possuem. Nós acreditamos que deve ser criado um GT
66 para aprofundar os estudos. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Lisiane. Algum outro
67 Conselheiro querendo apresentar? Por favor, Maurício. **Sr. Maurício Colombo:** Nós fizemos uma breve
68 apreciação. Esse mapa vem do relatório anual da situação dos recursos hídricos no Estado do Rio Grande
69 do Sul, disponível no *site* da SEMA. Esse mapa, além de uma série de outros mapas, fala exatamente
70 sobre a demanda bioquímica de oxigênio oriunda da suinocultura por bacia hidrográfica. Evidente que as
71 cores mais escuras são as mais graves, e as mais claras as de menor intensidade. A seguir, eu mostro ali no
72 parecer, a situação por bacia hidrográfica. Cada uma das 25 bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul,
73 inclusive as de domínio federal, estão analisadas nesse relatório. O que é mostrado nesse quadro é que as
74 bacias do rio Taquari Antas e a do rio Santa Rosa, Santo Cristo e Turvo, apresentam uma carga, a
75 demanda bioquímica de oxigênio nessas bacias chega a 0,33 toneladas por hectare por ano. Então,
76 preocupa-nos, enquanto comitê de bacia, que esses dejetos estejam indo diretamente para os recursos
77 hídricos. Inclusive, nessas duas bacias, a carga desse tipo de atividade – aí é só suinocultura, não tem
78 nenhuma outra atividade, pecuária –, o que nos preocupa é que essa carga chega a ser maior do que a
79 carga humana. Isso é o que nos chama atenção nessas duas bacias. Uma está na região hidrográfica da
80 Uruguai, a bacia do rio Santa Rosa e Santo Cristo, e a outra está aqui na região hidrográfica do lago
81 Guaíba. Como consequência, isso tudo vem dar aqui no lago. A outra preocupação em relação à bacia
82 hidrográfica do rio Caí, que fica ali: houve uma série de inúmeros acidentes. O mais recente, consta no
83 relatório. A Lisiane faz parte do comitê. Faz ainda, não é Lisiane? A ONG Mira-Serra faz parte do Comitê
84 Caí. Houve um acidente em junho do ano passado, de 2009, o qual foi decorrência da atividade de
85 suinocultura. Então, resumindo, não querendo entrar na discussão dos parâmetros todos que seguem ali,
86 passa, começa a aparecer bacia por bacia. Inclusive, eu mantive a numeração do relatório, a tabela foi
87 tirada do relatório da situação dos recursos hídricos, o relatório anual, e eu mantive a numeração da tabela
88 em relação ao relatório. Ali aparece toda a demanda bioquímica de oxigênio, separada nessas três
89 categorias. Vamos à conclusão. Os Comitês de Bacia sugerem o seguinte encaminhamento: que ele seja
90 discutido dentro do Sistema Estadual de Recursos Hídricos em um prazo a ser determinado por este
91 Conselho, e nunca inferior a seis meses; a minuta, que seja encaminhada às Câmaras Técnicas deste
92 Conselho, porque na cópia que nos foi cedida pela SEMA não existia – eu não sei se existe, mas no
93 relatório em que nós recebemos as cópias não tinha manifestação de nenhuma Câmara Técnica deste
94 Conselho: Gestão de Águas, Biodiversidade, Gestão Compartilhada, enfim. Então, teoricamente isso tem
95 que passar pelas Câmaras Técnicas; eu acredito que seja essa a função das Câmaras Técnicas. A última é
96 uma espécie de conselho, é uma coerência que a gente tem a respeito da existência dessas Câmaras
97 Técnicas dentro do Conselho, já que elas existem para isso. Muito Obrigado. **Senhor Presidente**
98 **(Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Maurício. Bem, Senhores Conselheiros, esses eram os dois pedidos de
99 vista que nós tivemos na reunião passada. Algum outro Conselheiro querendo encaminhar Resolução 102?
100 Por favor, aqui na frente. **Sr. Paulino Olivo Donatti:** Nós até protocolamos um documento anteriormente,
101 na Mesa, onde a FETAG não estaria pedindo vista e também não estaria apoiando o pedido de vista, mas
102 também estaria sugerindo o aumento para 75 mil aves. Eu sei que muitos técnicos dizem questão de
103 número, questão de faixa, mas acreditamos nós que outros são contrários à liberação, outros são
104 favoráveis à liberação total para os municípios licenciarem. Então, nós, dentro disso, temos a sugestão de
105 75 mil aves, que hoje fica dois aviários de 35 mil aves, que é o padrão que muitas empresas estão
106 adotando do ano passado para cá, a questão de alojamento, a questão de logística das empresas
107 integradoras. Queira ou não queira, nós, produtores, também temos que nos adequar ao mercado. Então,
108 por isso que nós estamos sugerindo 75 mil, para dar alguma margenzinha de 70 mil, 75 mil, depende de
109 que tipo de frango é alojado naquele aviário. E a outra questão é a seguinte: a questão da silvicultura, a
110 questão da pequena propriedade em cima das leis atuais, eu acho que não tem que esconder nada de
111 ninguém. Onde está a silvicultura na pequena propriedade? Ela está acima de 25%; vamos ter que admitir.
112 Então, o que FETAG quer, e outros companheiros também querem é o seguinte: que essa silvicultura
113 consolidada – como já foi pedido dentro do zoneamento – que ela permaneça, que ela continue, que o
114 agricultor continue produzindo lá, porque, senão, nós vamos expulsar desse Estado centenas de milhares

115 de pessoas do campo, gente. Não adianta nós querermos nos iludir em cima de lei porque na hora em que
116 nós quisermos aplicar tudo o que existe, a metade da agricultura desse Estado vai ser expulsa. Não tem o
117 que nós escondermos e não precisamos ir longe; vamos em qualquer propriedade que tem por aí,
118 principalmente sendo agricultura familiar, onde que ela está localizada. E não adianta nós taparmos o sol
119 com a peneira, gente, não adianta nós querermos ser oito ou oitenta. Nós temos que ser práticos, e temos
120 que ser coerente, e temos que viver e deixar viver. Então, na questão da silvicultura, nós entregamos para
121 o Giancarlo esse documento, questão também da avicultura, e nós nos comprometemos em apoiar o
122 restante da pauta por bem, mas nós queremos essa parcela da silvicultura dentro da agricultura familiar,
123 porque já passou pelas Câmaras Técnicas, já passou pelos próprios ZAS e mais hoje estamos colocando
124 novamente. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado. Professor Lewgoy, por favor. **Sr.**
125 **Flávio Lewgoy:** Tem coisas recorrentes que a gente está sempre vendo, e eu vou aproveitar, primeiro
126 comentar com uma nota de congratulações à exposição do Comitê de Bacias, que é uma atividade cidadã
127 benemérita, feita com praticamente nenhum dispêndio para o Estado, uma atividade voluntária. Mas eu
128 quero fazer algumas observações. É o seguinte: primeiro, a questão do chamado “acidente” que decorreu
129 da atividade descontrolada, desregulamentada de suinocultura, eu creio que acidente não é, como não são
130 acidentes a maioria das ocorrências de trânsito com mortes, feridos e prejuízos materiais. São “episódios”,
131 esse é nome certo – “episódios” – é alguma coisa que aconteceu, e o caso não é acidente porque se sabe as
132 causas e se sabe o que deve ser feito. E um comentário a propósito do Conselheiro que falou sobre a
133 avicultura familiar: a gente ouviu muito viver e deixar viver. Eu acho que seria mais, no caso, não de adotar
134 o lema do 007, “viver e deixar morrer”, dos filmes do 007; mas viver e aplicar a lei, porque deixar viver
135 não significa deixar as coisas abandonadas simplesmente deixando o empreendedor de qualquer tamanho
136 impactar no meio ambiente como acontece com a suinocultura. As leis estão aí, foram feitas com muito
137 dispêndio de tempo, com muito sacrifício de carreiras, pessoas que usaram o seu lazer, e muitas que o
138 fizeram estão aqui até hoje. Então, viver e deixar viver não tem esse sentido. Sempre que alguém pede
139 isso, está pedindo um sacrifício de princípios, está pedindo que as leis sejam flexibilizadas. Nós, Conselho
140 Estadual do Meio Ambiente, não estamos aqui para isso; estamos aqui para fiscalizar o cumprimento das
141 leis ambientais. Era apenas isso, Obrigado. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado,
142 professor Lewgoy. Próximo inscrito, FETAG, Adilson, por favor. **Sr. Adilson Carlos Metz:** Em relação
143 ao que o Conselheiro coloca, nós, FETAG, nunca estamos aí para instigar alguém a não cumprir a lei –
144 desde que a lei seja justa, desde que ela seja justa. Eu lhe coloco o seguinte: se o senhor quiser aplicar
145 tudo, então vamos começar hoje a derrubar desse prédio até o Beira Rio, que estariam em APP. Pimenta
146 nos olhos dos outros é colírio! O que nós fizemos aqui, estamos também aqui como representantes dos
147 produtores e estamos aqui com muita responsabilidade. Se aqui na Cidade devolverem a água e os
148 recursos ambientais do jeito que nós os entregamos lá no interior, muitas soluções estariam. E aqui está se
149 falando em repassar para os municípios a fiscalização; então, eu acho estranha tanta preocupação. Qual a
150 diferença entre o município licenciar ou o Estado licenciar? Se na Cidade as coisas podem, e nós estamos
151 falando de lei, de viver e deixar viver, de cumprir as leis desde que sejam justas. Todos querem comer,
152 todos querem ter casa para morar, agora, quem produz comida, nós estamos pensando em expulsar. Então,
153 por isso, vamos ter coerência, não vamos ter paixões e vamos ver a natureza; defender a natureza começa
154 com a defesa do ser humano, e a defesa do ser humano é não fazer como muitas vezes pretende-se fazer,
155 terminar com o nosso agricultor. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado. Próximo inscrito,
156 Conselheiro Valtemir, da FAMURS. **Sr. Flávio Lewgoy:** Lei é lei. Se ela tiver defeitos vamos recorrer à
157 Assembleia para tentar corrigi-la. Enquanto ela existe, tem que ser cumprida. **Senhor Presidente**
158 **(Giancarlo Tusi Pinto):** Por favor, Conselheiros. Conselheiro Valtemir com a palavra. **Sr. Valtemir**
159 **Goldmeier:** Boa-tarde. Eu tomo a liberdade de me dirigir aqui para ponderar e colocar que nós estamos
160 diante de um processo administrativo da SEMA que é datado de 12 de agosto de 2008. E esse processo
161 gerou a proposta que hora está sendo discutida, de uma resolução alterando a Resolução 102. Como houve
162 o comentário de que determinados assuntos não foram discutidos, eu só gostaria de ponderar que a
163 FAMURS encaminhou um documento em 15 de setembro, que está aqui acostado, e também encaminhou
164 um parecer, datado de 5 de outubro de 2009, portanto anterior à aprovação da proposta que chegou a
165 Plenário, onde era incluída, entre outras coisas, a silvicultura. Tomo a liberdade, e peço já escusas à nossa
166 Conselheira Lisiane da Mira-Serra por fazer um comentário em cima do parecer que ela fez e que ela
167 defendeu, no tocante à discussão do porte da silvicultura. Se o fato da silvicultura é algo, se plantar árvore,
168 segundo o que foi estabelecido pelo Conselho de Administração da FEPAM, foi criado um porte e ali foi
169 dito se aquilo é de porte médio de baixo, alto potencial poluidor. E eu gostaria só de resgatar que em
170 momento algum a gente discutiu isso, exceto no Conselho de Administração da FEPAM. Portanto,

171 independentemente da competência do licenciar ser do IBAMA, da FEPAM, ou dos municípios, esse
172 entendimento foi definido pelo colegiado da FEPAM, não de agora, já há muitos anos. Então, eu só
173 gostaria de fazer esse comentário porque, eventualmente, para quem não vive o dia a dia do Conselho e
174 eventualmente lê uma Ata dessas, dá a impressão de que nós estamos votando algo novo; não. Esses
175 portes que nós estamos discutindo aqui, se isso é considerado um porte médio com médio potencial
176 poluidor, ou baixo potencial poluidor, ou alto potencial poluidor, isso já está definido há alguns anos.
177 Então, eu só gostaria de fazer esse comentário. A nossa posição é de que se o empreendimento for
178 licenciado no município, nós teremos a possibilidade de ter um controle maior do que se esse
179 empreendimento for licenciado em nível de Estado. E agora, eu gostaria de fazer um comentário sobre a
180 silvicultura. Eu me comprometo com o Conselho de na próxima reunião fazer uma apresentação, se o
181 Conselho assim o permitir, mostrando o que aconteceu em um pequeno Município do Estado, que depois
182 acabou sendo convidado pela Prefeitura de Porto Alegre, pela SMAM, para mostrar como aquele
183 município pequeno, lá do interior. estava fazendo licenciamento ambiental de suinocultura. A Prefeitura
184 de Porto Alegre, que também tem zona rural – apesar de que no Plano Diretor diz que não tem zona rural,
185 é tudo urbano, mas tem produção rural em Porto Alegre – acabou adotando a normativa que aquele
186 município utilizou. Até é importante a gente colocar isso para o Conselho. Entendemos nós que as
187 manifestações anteriores aqui têm coerência, agora, isso que foi colocado recentemente, a pergunta que eu
188 faço: licenciou a atividade de suinocultura na FEPAM ou licenciou no município? Muito bem, podemos
189 até entender que, de repente, a quantidade de técnicos que a FEPAM tem para analisar o processo pudesse
190 ser maior do que o município; podemos até discutir isso, mas, salvo melhor juízo, a FEPAM licencia e só
191 volta naquele empreendimento na hora de renovar essa licença, a menos que tenha acontecido algum
192 acidente, que haja uma denuncia e que alguém vá lá olhar. Vocês me desculpem, coisa que não está
193 acontecendo com os municípios. Então, eu, em nome da FAMURS, gostaria de colocar que entendo que
194 nós estaríamos trabalhando a favor da segurança. E, por fim, em relação à silvicultura, a gente gostaria de
195 concordar com a posição da FETAG, de que pudesse ter uma salvaguarda para a agricultura familiar,
196 porque todas as legislações brasileiras e todas as manifestações de todos os entes federados, da União até
197 o Estado, todo mundo entende que a agricultura familiar tem que ter um tratamento diferenciado. Então, a
198 nossa sugestão é de que ao municipalizar o item silvicultura, pudesse ser colocado um parágrafo único ou
199 alguma coisa do gênero dizendo que o licenciamento ambiental da propriedade rural considerada
200 agricultura familiar será de uma maneira simplificada, conforme a proposta da própria FETAG, e com
201 uma segunda condição, que eu entendo que é possível a gente fazer: de colocar: o licenciamento torna-se
202 obrigatório quando do replantio, porque tem muita coisa que está plantada aí, mas também eu não
203 concordo que se dê liberdade total para isso. Então, o licenciamento ambiental municipal torna-se
204 obrigatório no momento do replantio, caso essa cultura tenha sido plantada anteriormente à aprovação dos
205 ZAS por este Conselho que foi aprovado no ano passado, que é o Zoneamento Ambiental da Silvicultura.
206 Eu acho que é uma proposta salomônica, que eu acho que atende a todos os interesses. E quanto a dizer se
207 plantar árvore é altamente potencialmente poluidor, ou de médio potencial poluidor, ou de baixo potencial
208 poluidor, em momento algum a gente discutiu isso. Isso foi discutido, salvo melhor juízo, pelo Conselho
209 de Administração da FEPAM. Obrigado. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado,
210 Valtemir. Próximo inscrito, Mauro, da FEPAM. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Gente, eu estou
211 seriamente preocupado com algumas coisas. Em primeiro lugar, a maneira como as coisas chegam aqui na
212 Câmara Técnica, porque se continuarem chegando assim, eu realmente vou me sentir muito desmotivado a
213 participar de qualquer Câmara Técnica, porque fiquei impressionado com as discussões aqui. As mesmas
214 sugestões agora – e não é crítica ao Valtemir – de acrescentar parágrafos únicos sobre licenciamento
215 simplificado para agricultura familiar, só licenciamento depois do replantio, para ficar nisso. Primeiro tem
216 que ser discutido na Câmara e posto na resolução, depois de ter inclusive passado pela Câmara Jurídica,
217 ou seja, outras coisas que outros Conselheiros falaram aqui deveriam ter sido objeto de discussão na
218 Câmara; é lá que se discute. Já teve Câmaras de que eu participei em que teve 30 reuniões antes de uma
219 resolução chegar ao Plenário aqui, e parece que as discussões que se faz em Câmara não cabem aqui,
220 defender pontos de vista e os técnicos, nem estão aqui na maioria das vezes. Eu fico realmente muito
221 preocupado com isso. Outra coisa que me preocupou, que não está aqui, é o seguinte: a silvicultura talvez
222 mesmo que o licenciamento seja passado para os municípios, uma discussão que deveria ter sido feita na
223 Câmara, pode influir no licenciamento de maciços de empreendimentos de grande porte junto à FEPAM.
224 Isso não está escrito aqui, como é que esse licenciamento vai ser informado à FEPAM para que a FEPAM
225 possa fazer os licenciamentos de grande porte sem interferência dessas áreas de 50 hectares, 30 hectares,
226 enfim, mas é uma discussão. Não é tanto o problema, a FEPAM e o município podem entender-se

227 também. Eu acho que essa discussão de quem faz o que é um pouco complicada. Eu acho que os técnicos
228 do município são tão competentes para licenciar como os da FEPAM, como nós estaremos brincando de
229 fazer isso aqui, depois, porque nós vamos aprovar um monte de municípios aqui, depois. Um geólogo não
230 é mais competente por estar trabalhando na FEPAM, por estar trabalhando em município ou por estar
231 trabalhando no IBAMA; essa discussão eu acho que ficou complicada. Com relação aos porcos, realmente
232 nós temos problemas de carga – veja bem, não é de lançamento – concentrada em algumas regiões. A
233 FEPAM tem, inclusive, um trabalho técnico onde ela avalia se pode entrar mais um licenciamento novo
234 em alguma região ou não. Aí eu vou defender um ponto de vista aqui, que foi o ponto de vista defendido
235 pelos técnicos da FEPAM na Câmara e que está aqui no processo, que é o Licenciamento do Porte 111424
236 ou a tipologia Criação de Suínos em Terminação, que é de 600 e não de mil. Se vocês olharem, todos os
237 portes que estão sendo passados na área de suinocultura são os portes médios da FEPAM, com relação ao
238 1424, que é o que passou para grande, mudou-se isso. Não sei por que, mas seja como for, espero que a
239 Câmara tenha discutido isso e trazido a Plenário para votação. Então, são essas, enfim, as questões que eu
240 queria colocar. Obrigado, Senhor Presidente. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado,
241 Mauro. O próximo inscrito, professor Darci Campani. **Sr. Darci Bernech Campani:** Eu, na reunião
242 anterior, tinha comentado a proposta de que antes de a gente votar essa proposta de resolução, que a gente
243 deliberasse, a SEMA nos trouxesse uma proposta de encaminhamento de como vai ser a revisão da
244 resolução enquanto todo, porque a gente está fazendo só um remendo nela. Então, a gente gostaria de
245 saber antes se existe o acordo, se existe o encaminhamento concreto de revisão da proposta enquanto um
246 todo para que a gente possa realmente fazer essa discussão. Acho que o Mauro colocou bem, mas o
247 problema é que está desde agosto de 2008 – conforme o Valtemir nos colocou – desde agosto de 2008
248 poderia ter passado pelas Câmaras, uma boa discussão nas Câmaras, mas não passou. E aí fica
249 complicado, realmente, aprovar uma coisa que não teve a visão técnica. O Conselho de Administração da
250 FEPAM – eu sou do Conselho de Administração da FEPAM –, que se reúne de vez em quando, é de
251 administração, não é um conselho técnico. Eu sei que são representantes de órgãos do Estado, onde tem lá
252 procurador, ou até a nossa representação, digamos assim, é técnica, mas estando lá a gente está com a
253 preocupação na questão administrativa, não na questão técnica. Então, acho que eu preciso saber se a
254 gente vai ter essa revisão, e qual é o calendário, como é que vai ser, se vai ser uma comissão especial ou a
255 comissão de biodiversidade, qual é o encaminhamento concreto. Eu, por princípio, é difícil porque eu
256 represento aqui as universidades, não a minha pessoas, mas concordo com o Valtemir na questão do
257 licenciamento. O município está no município, o Estado não está no município. Eu sou municipalista por
258 princípio. O Estado tem que fazer o grande gerenciamento, o Estado tem que ter o zoneamento ecológico,
259 tem que ter instrumentos de gestão para poder administrar o Estado, e o município tem que implantar as
260 políticas. O geólogo lá do município não é pior que o geólogo do Estado, mas, às vezes, não tem geólogo
261 no município. Então, hoje nós estamos em uma situação de transação em que a gente tem que fazer –
262 como o professor Lewgoy colocou aqui – a fiscalização geral do cumprimento das leis. Eu
263 complementaria a fala do professor Lewgoy: não só a questão do cumprimento das leis, mas também as
264 políticas públicas. Se existe agricultor em região em que não pode fazer agricultura, tem que ter um
265 política pública para resolver esse problema. Não é simplesmente o Estado fechar os olhos e dizer que,
266 então, agora a gente vai permitir aquilo que tecnicamente não é permitido, que tecnicamente já foi
267 comprovado que é errado. O viver e deixar viver não dá, porque o viver e deixar viver está
268 comprometendo a vida dos outros. O planeta está discutindo a questão ambiental; alguma coisa a gente vai
269 ter que mudar, e sempre o que vai mudar é o outro; não sou eu, quem vai mudar é o outro. Então, cada um
270 aqui vai ter que abrir mão de alguma coisa e começar a fazer a grande mudança que todo mundo quer, e
271 para isso tem que ter política pública. A nossa função aqui é cuidar que existam políticas públicas também
272 para o que não pode ser feito. Tem pessoas envolvidas, tem vidas envolvidas, a economia dos Estado está
273 envolvida, e tem alternativas. A gente tem aqui o exemplo da vila, eu acho que era Cai Cai antes, que
274 estava em uma APP e foi transferida para uma outra região completamente sem problemas ambientais;
275 resolvido com EIA/RIMA, com licenciamento ambiental. São alternativas como essa que têm que ser
276 criadas no Estado. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, professor. Só para esclarecer
277 quanto a esse item: nos Assuntos Gerais será levada a sugestão de que esse grupo da SEMA, que está
278 fazendo o estudo de toda a Resolução 102 encaminhe ao CONSEMA, e o CONSEMA crie um grupo de
279 trabalho para subsidiar a decisão posterior. Ou seja, a SEMA propõe, um grupo de trabalho eleito,
280 escolhido pelo CONSEMA analisa toda a proposta, e depois vem a pauta. Não tenho a proposta ainda.
281 Próxima inscrita, Lisiane Mira-Serra, e depois Valtemir. **Sra. Lisiane Becker:** Seria mais para informar
282 algumas coisas. Eu não fiz, eu acho que fui mal interpretada, eu não falei sobre o porte em si ser grande,

283 pequeno ou médio; eu achei só estranha, não vi em nenhum lugar, a explicação. Por que é que uma
284 atividade que é considerada de potencial de impacto ambiental que deve ser competência do município
285 passa automaticamente a ser impacto local; antes ele era considerado de impacto extramunicipal, de
286 repente, ele passar a ser municipal, impacto do município. Então, essa foi a minha questão no parecer. A
287 outra; eu não concordo que geólogo é mais geólogo ou menos geólogo. O problema é que, às vezes, não
288 existe o profissional no município. Isso nós temos visto várias vezes, mas o profissional ser melhor ou
289 pior, nem temos condições de averiguar, mas às vezes inexistente o profissional. É claro que a competência
290 municipal com certeza vai ser mais eficiente do que a estadual quando nós tivermos uma infraestrutura
291 para isso. Então, vê-se, no caso da bacia do rio Caí, foram mais de sete vezes que ocorreu a infração de ter
292 dejetos largados da suinocultura no arroio – mais de sete vezes. Era competência estadual; não foi. Não
293 foram lá, mas o município também se omitiu nisso, porque o município também tem o poder de
294 fiscalização. Então, não cabe só ao Estado ir lá fiscalizar se o criador tinha licença para 2 mil suínos e
295 estava com 20 mil. O município com certeza deveria saber, uma vez que ele espalhava esses dejetos por
296 vários lugares, não há dúvida, antes de cair no arroio. Então, é uma questão de cada um ter a sua
297 competência, mas o município não passa a ser mais ou menos responsável no momento em que ele
298 licencia; ele já é responsável enquanto município, é uma obrigação dele. E, por fim, continuo achando que
299 na Câmara Técnica não foi discutido. Então, o que o Pieper falou da discussão, não houve realmente
300 discussão. Eu falei isso na última reunião aqui do CONSEMA que ela passou. Eu fiz questionamentos,
301 quis pedir vista do processo, não ganhei pedido de vista na Câmara Técnica. Então, não houve, Mauro,
302 não houve discussão técnica porque não houve discussão, nem técnica, nem não técnica. Quando eu pedi
303 explicação, tinha nove, dez municípios para serem avaliados e *não, não, não, é porque já acontece assim*.
304 Eu quis pedir vista; não me deram. Então, chega a um ponto em que realmente nós temos que discutir
305 aqui, no CONSEMA, e não onde deveria ser, que é na Câmara Técnica. Por isso que nós pedimos um
306 grupo técnico. Que esse grupo técnico, assim como em outras vezes nós já fizemos – nós fizemos grupos
307 antes – para discutir melhor e apresentar alguma coisa mais consubstanciada e que todos os setores
308 possam agregar, por exemplo, o plano de bacia, porque normalmente nem os planos municipais
309 ambientais aqui normalmente contemplam no plano ambiental o plano de bacia. Então, o município vai
310 licenciar sobre silvicultura, por exemplo, mas ele não tem a mesma obrigação do que uma empresa como a
311 Aracruz – ou sei lá qual é o nome agora – ou a Votorantim tem obrigação em fazer com que os fomentados
312 cumpram a legislação em APP e etc.. Então, se é válido para um, é válido para todos. Nesse sentido que
313 foi o meu parecer. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Lisiane. Valtemir, FAMURS,
314 por favor. Enquanto o Valtemir vem, eu queria registrar e agradecer a presença do Prefeito de São
315 Francisco de Paula, o Prefeito Décio; a Gisela Souza, Coordenadora do meio ambiente de Campo Bom; o
316 Jeferson Muniz, de São José do (...); Walmor Sicorra, do Tupandi; Maurício Oliveira, Secretário do Meio
317 Ambiente de Alvorada e Luana Tavares de Souza, Secretária do Meio Ambiente de Alvorada. Valtemir.
318 **Sr. Valtemir Goldmeier:** Presidente, só um encaminhamento. Eu entendo que é possível, e me perdoem-
319 me, algo que deve estar muito errado no processo que está tramitando desde agosto de 2008 – nós estamos
320 em 2010 – e não ter havido possibilidade de discutir em alguns órgãos internos, alguns setores internos.
321 Mas eu entendo até que independente disso é possível a gente fazer a votação. Eu vou pedir para os
322 Conselheiros para considerarem a possibilidade de a gente votar, e sugiro, então, que a gente coloque o
323 artigo da resolução criando esse grupo; e já vamos deixar nominado, então, na resolução quais entidades
324 vão fazer parte desse grupo técnico, porque se fica dito: vamos criar um grupo técnico, vamos criar, vamos
325 pensar, vamos deixar, como agora, daqui a uns dias, 31 de março em diante é eleição. Então, vamos deixar
326 para depois da eleição. Depois que passou a eleição, vamos deixar que assuma alguém. Depois que vamos
327 assumir, vamos sentar na cadeira e vamos chegar em 2012. Então, a minha sugestão é de que a gente
328 encaminhe dessa maneira, e gostaria de fazer essa ponderação de que a gente fizesse o encaminhamento;
329 acho que o assunto poderia ser discutido e poderia ser mais discutido; agora, houve discussão na Câmara
330 Técnica de Descentralização – eu estava presente em duas reuniões onde o assunto foi tocado – veio para
331 o CONSEMA, voltou para lá, e o assunto foi trazido à pauta em uma reunião. Por fim, nós, da FAMURS,
332 no parecer que a gente apresentou em 5 de outubro, uma das nossas sugestões até foi contemplada, que é
333 no tocante ao porte da suinocultura. Agora, no tocante ao porte sugerido por nós em relação à avicultura,
334 eu volto a reafirmar para os Conselheiros: a avicultura, o impacto ambiental dela é muito baixo. Por quê?
335 Porque na avicultura se trabalha com dejetos quase seco ou seco. E mais, esse dejetos tem valor comercial;
336 ninguém joga cocô de galinha em arroio porque está botando dinheiro fora. Considerando – desculpe-me
337 dizer – a SEMA, a FEPAM, os nossos órgãos tem uma estrutura. Agora, é elogiável, a SEMA conseguiu
338 fazer o concurso, conseguiu colocar mais algumas pessoas no DEFAP, principalmente. Agora, na

339 FEPAM, faz alguns anos que não se faz concurso. Desculpe-me dizer: é mais uma coisa que os técnicos
340 da FEPAM têm que estar se preocupando, e que o fato de o município licenciar vai possibilitar inclusive
341 que os técnicos da FEPAM auxiliem os municípios nesses licenciamentos. Então, é dentro desse contexto.
342 Eu gostaria, Senhor Secretário, de pedir o encaminhamento, Presidente, do assunto, e pedir, dessa forma,
343 que a gente incluísse um parágrafo único que falasse da simplificação no tocante à silvicultura e
344 encaminhasse a criação do grupo técnico para a revisão da Resolução 102 e de todas as resoluções
345 decorrentes, porque – desculpe-me – eu volto lá na Resolução 102, foi em 2005 e dizia que tinha dois
346 anos, 24 meses, para revê-la. Nós estamos em 2010, chegando em 2011 aqui a uns dias. Então, gostaria
347 de sugerir que criasse o grupo técnico, contemplando o pedido das entidades que aqui se manifestaram;
348 em Plenário, então, já ficava criado, a própria SEMA fazendo o grupo técnico, se a SEMA já tem um
349 estudo, os técnicos que já estão estudando o assunto, vai ser colocado dentro desse grupo técnico. Então,
350 encaminhando dessa forma, eu vou pedir o apoio de todos os nossos Conselheiros no sentido de a gente
351 fazer a votação. Em relação à avicultura eu gostaria de pedir a votação em separado do pedido da
352 FAMURS de que todo o setor de avicultura fosse municipalizado, fosse considerado como passível de
353 licenciamento ambiental por parte dos municípios que estão devidamente qualificados. Obrigado. **Senhor**
354 **Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):**Obrigado, Valtemir. Pieper, por favor. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Boa-
355 tarde Conselheiros, Presidente. Eu acho que o assunto está debatido, porque nós já estamos até anos
356 tornando repetitivos, então, não há como não ter tido discussão. Tem, tanto nas atas da Câmara Técnica,
357 também houve por mais de uma vez, inclusive por encaminhamento deste Plenário, retornou, e eu não vou
358 precisar o tempo em que foi discutido, mas tenho certeza de que foi inclusive prioridade na Câmara
359 Técnica de Gestão Compartilhada. Queria fazer um esclarecimento, apenas um reparo, não tenho o
360 conhecimento absoluto a respeito, mas não há risco e nem a necessidade formal de interação entre o órgão
361 estadual e municipal em decorrência do zoneamento porque essas propriedades até esse limite já estão na
362 exceção da resolução da silvicultura, ela não conta para a formação de maciço e nem distanciamento. Em
363 relação à criação do grupo técnico, eu acho que seria louvável. Nós temos até um grupo em andamento a
364 respeito dos sistemas de esgotamento, mas que foi formado a partir da reunião de Câmaras Técnicas. A
365 Câmara Técnica já é para discussão técnica. Então, Senhor Presidente, regimentalmente nós temos
366 Câmaras Técnicas para fazer a discussão, lá que se faça a discussão. Aqui apenas faço isso para
367 esclarecimento, entendimento até de que seja desnecessário. Sobre a proposição da revisão total, está
368 prevista, e foi dito na última reunião que está prevista a cada dois anos, inclusive atrasada, mas ela virá. A
369 própria minuta em discussão já traz no artigo 3º que o órgão ambiental proporá. Sequer precisaria dizer
370 isso, porque isso vem do Código Estadual do Meio Ambiente; no Código Estadual do Meio Ambiente diz
371 a forma como se resolvem e como se definem as tipologias de impacto local, artigo 68, 69, por aí. Esse
372 mesmo Código Estadual, no mesmo capítulo, fala também da simplificação do licenciamento. Então, acho
373 que estamos discutindo aqui, Senhor Presidente, sobre questões que se resolvem por si. Licenciamento de
374 silvicultura, não me parece que o município vá proceder a licenciamentos sistemáticos em fases, e vai
375 simplificar isso, e pode simplificar com base no próprio Código Estadual do Meio ambiente. Então, até
376 para contribuir e facilitar, eu vejo que a questão dos mil suínos surgiu do Plenário aqui, porque a primeira
377 proposta da Câmara Técnica, e que veio para cá, era de 600 suínos. Tem razão o Mauro Moura em relação
378 às manifestações do órgão licenciador, 600 suínos. Então, até penso que, para contribuir, dá para entender
379 formando uma média de pensamento a respeito de reduzir quiçá o porte da suinocultura e ampliar –
380 porque foram veementes pedidos, e não é a primeira reunião em que a FAMURS e outra, a FETAG,
381 defendem 75 mil ao todo. Mais uma vez, como contribuição, complica os 75 mil. Os 60 mil é o porte
382 grande; acima disso é excepcional, e, na Resolução 102, tudo o que passar do excepcional é todo. Então, a
383 proposta deveria ser todo, como propõe a FAMURS. Talvez essa compensação entre as duas produções
384 possa gerar a condição de aprovação, quem sabe. É isso. Muito Obrigado. **Senhor Presidente (Giancarlo**
385 **Tusi Pinto):** Obrigado, Pieper. Mais algum Conselheiro querendo se manifestar? **Sr. Eduardo Osório**
386 **Stumpf:** Eu sou Conselheiro Suplente dos Comitês de Bacias, ainda não saiu a minha nomeação.
387 Participo também da Câmara Técnica de Biodiversidade do CONSEMA. Já trabalhei aqui na FEPAM por
388 15 anos e atualmente estou na ex-Aracruz, que é a CNPC Rio-Grandense. Estou fazendo uma prévia
389 apresentação. Também já fui membro do Conselho como funcionário da FEPAM por um bom tempo.
390 Voltando ao CONSEMA, já estou-me deparando com essa resolução que me parece muito confusa, não
391 está seguindo os trâmites, e a minha proposta é que ela não seja votada hoje, em vista que os próprios
392 manifestantes a favor têm sugestões de alterações. Particularmente, eu entendo que a avicultura tem um
393 impacto baixo, poderia ser quase toda municipalizada. Na suinocultura, ter-se-ia que fazer algumas
394 revisões nos portes, é o que é sugerido aqui. Em relação à silvicultura, cujo zoneamento foi aprovado, nós

395 vamos ter grandes complicadores em relação ao zoneamento, à maneira que foi determinado. Esses 40
396 hectares, no zoneamento, foi definido que é um porte pequeno; quando eu tiver um maciço, entende-se um
397 plantio contínuo, 2 mil hectares, 3 mil hectares, eu poderia ter pequenos agricultores, 40 hectares, nesse
398 meio desde que eu não trancasse corredores, coisa e tal, e tivesse uma avaliação bem pormenorizada,
399 embora fosse uma área pequena, em que tem que ser feito por meio de mecanismos com remoto, com
400 *shape*, que os municípios não teriam condições. A municipalização da silvicultura, nesse momento, sem
401 os critérios bem definidos, como isso vai ser feito perante a FEPAM, daria margem a que vários
402 agricultores plantassem 40 hectares, 40 hectares, 40 hectares, e daqui a pouco a gente teria maciços
403 também; então, isso complicaria bastante. A minha proposta é que hoje não seja votado. Eu não posso
404 propor, mas gostaria de registrar como membro da Câmara Técnica de Biodiversidade. O que mais
405 indigna é isso: essa maneira como está sendo tratado esse assunto, sem passar pelas Câmaras Técnicas,
406 com muita dificuldade dentro do próprio órgão ambiental, que é quem tem que fazer a proposta. Eu estive
407 lá na FEPAM, onde trabalhei, falei com os técnicos da silvicultura; eles não concordam com a proposta, a
408 proposta não saiu deles, não passou por eles, não passou nas Câmaras Técnicas. Então, eu não entendo a
409 pressa, digamos, da FAMURS, do Valtemir, de aprovar uma coisa toda errada, podemos dizer de antemão.
410 A única salvaguarda que nós temos é que a gente teria, temos o poder de depois revogar isso. Então, está
411 bom. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Eduardo. Bem, para encaminhar a votação,
412 eu vou sugerir ao Plenário o seguinte – nós temos três sugestões: a primeira sugestão, Ramo de
413 Atividades 11211, seria passar todo o porte para o município – hoje nós estamos com 60 mil; a segunda
414 sugestão, na questão dos suínos, reduzir de mil para 600 e incluir um parágrafo garantindo que para a
415 agricultura familiar teria um tratamento diferenciado – o próprio zoneamento diz que ele é válido para as
416 atividades, para os replantios feitos após a aprovação, ou seja, quem plantou lá atrás não está sujeito às
417 regras do zoneamento, quem replantar vai ter. Então, seria só garantir isso para o pequeno, para a
418 agricultura familiar. Eu consulto ao Plenário, e a minha sugestão é essa, de que a gente vote já com essas
419 sugestões de alteração: reduzir os suínos, passar o porte da avicultura para o município e incluir esse
420 parágrafo na questão da silvicultura. Eu vou fazer essa proposta. Se o Plenário entender aprovar essa
421 proposta, nós adotamos assim. **Sr. Darci Bernech Campani:** Eu estou entendendo que antes de aprovar,
422 está fechando uma proposta de uma determinado pensamento. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi**
423 **Pinto):** Não, não de um pensamento. Eu peguei todas as propostas e coloquei aqui. **Sr. Darci Bernech**
424 **Campani:** Não, esse é um encaminhamento concreto. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Bem,
425 então, eu boto em votação a resolução. Se ela for aprovada, as outras propostas estão anuladas. Ou, então,
426 podemos votar individualmente. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Secretário, eu sugiro que coloque em votação
427 em primeiro lugar, se a gente vai votá-la ou não. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Votada vai,
428 porque ela está na pauta e não tem nenhum pedido de retirada de pauta. Ela vai ser votada. **Sr. Eduardo**
429 **Osório Stumpf:** Não é obrigado a votar, é obrigado a apreciar na pauta. **Senhor Presidente (Giancarlo**
430 **Tusi Pinto):** Não, mas ela está na pauta para ser votada, não tem nenhum pedido para ser votada, ela será
431 votada. Agora, eu posso votar item a item. Primeiro item, avicultura, tal forma. É essa a sugestão,
432 professor? **Sr. Darci Bernech Campani:** É. A Mira-Serra, pelo que eu entendi, remete para a discussão.
433 **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** A Mira-Serra, quanto à questão da silvicultura, quer criar um
434 grupo de trabalho. É isso, Lisiane? **Sr. Darci Bernech Campani:** O parecer remete para discussão.
435 **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** O teu parecer é para criação de um grupo de trabalho para
436 analisar a questão da silvicultura. Se eu aprovar a proposta da Lisiane, a silvicultura já não vais ser votada
437 depois. Então, podemos votar item a item, ou votar o conjunto com as propostas apresentadas. **Sr.**
438 **Maurício Colombo:** Não vai para mais nenhuma Câmara Técnica? **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi**
439 **Pinto):** Não, esse foi o grande debate por aqui. Já passou pelas Câmaras Técnicas; o grande debate foi
440 esse. Essa é a grande reclamação da Lisiane. Na reunião passada o processo foi reencaminhado para a
441 Câmara Técnica e voltou agora, ou seja, estava na Câmara Técnica. **Sra. Lisiane Becker:** Não foi
442 discutido lá, só passou. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Bem, vamos lá então, eu vou
443 consultar ao Plenário se nós votamos individualmente, item a item. Quem é favorável à votação
444 individual, item a item, por favor, levante sua identificação. **Sr. Paulo Brack:** Questão de ordem. **Senhor**
445 **Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Pois, não? **Sr. Paulo Brack:** Eu creio que ter o encaminhamento não
446 necessariamente invalidaria a votação. O encaminhamento, realmente, do retorno – do retorno, não, o
447 passe – na questão da silvicultura, o passe pelas Câmaras Técnicas. Na Biodiversidade, não passou.
448 **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Bem, se for aprovada essa questão item a item, quando nós
449 chegarmos ao item silvicultura, vai ter a proposta: retorna para a Câmara Técnica. Mas a ideia é essa,
450 matar um a um. **Sr. Paulo Brack:** Agora, sim. Agora entendi. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi**

451 **Pinto):** Então, quem é favorável a item a item, por favor. **Sr. Flávio Lewgoy:** O que está sendo votado
452 agora? **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Se nós vamos votar item a item, cada item:
453 avicultura, daí vamos botar as duas propostas; silvicultura, volta para a Câmara Técnica ou deliberamos
454 hoje. Por favor, quem é favorável à votação individualizada, cada item. *(15 Conselheiros a favor, um*
455 *Conselheiro contrário; uma abstenção.) Aprovada.* **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Então,
456 por 15 votos, a maioria, nós vamos votar item a item essa proposta. Vamos lá então. Quanto ao primeiro
457 item. Código do Ramo 12.11, criação de aves. A proposta original era de 60 mil. 12.11, 60 mil; 12.12, 90
458 mil; 12.13, 90 mil; 12.14, 600 mil. Essa é a proposta original. Nós temos a outra proposta da FETAG, que
459 fala no item 12.11, somente nesse item, ampliar para 75 mil. Só estou apresentando as três propostas. A
460 FAMURS propôs que todo o porte da avicultura passe para o licenciamento municipal. Então, eu coloco
461 em votação. Proposta original da avicultura, Código do Ramo 12.1. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Eu sugiro
462 votar, em primeiro lugar, a proposta de passar todo o item, porque se ele for aprovado, as outras duas estão
463 automaticamente prejudicadas. Então, eu sugiro, Senhor Presidente, para colocar a votação dessa maneira.
464 **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Está correto. Por favor. **Sr. Mauro Gomes de Moura:**
465 Desculpe, mas eu sou químico, não sou dessa área de criação de aves. O que eu vejo aqui é que foi
466 aprovado na Câmara Técnica porte grande para o item 112.11, porte grande; então, o próximo seria
467 excepcional, dar-se-ia todo, e os outros portes são médios. Eu não sei por que a Câmara Técnica, não
468 entendo se polui mais ou menos – desculpe não entender, mas a Câmara Técnica onde a FEPAM
469 participou, passou o porte pequeno para médio para os municípios. Parece-me que a gente deve manter
470 essa posição, só manter o 112.11, todo o porte para o município. Isso vai voltar para a Câmara, vai ser
471 feita a revisão, e faz-se a revisão final. Eu realmente não sei, não tenho condições de votar agora de forma
472 técnica se esse pequeno foi passado para médio por razões técnicas. Dá para compreender perfeitamente a
473 questão do 112.11, que eu sugiro que realmente o excepcional vá para o município, e mantenham-se os
474 outros na questão da avicultura. Obrigado. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Queres falar,
475 Valtemir? Bem, então, colocamos município em votação. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Pode ser assim.
476 **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Em votação essa sugestão agora. Eu vou falar sugestão por
477 sugestão, para depois nós não termos problemas. Em votação: passarmos o Código 12.11 para o porte
478 excepcional, que seria todo o porte para o município, mantendo-se os demais no porte médio. Os
479 Conselheiros que são favoráveis, por favor, manifestem-se. *(14 Conselheiros a favor, um Conselheiro*
480 *contrário; 3 abstenções.) Aprovada.* **Sr. Maurício Colombo:** Senhor Presidente, eu gostaria que ficasse
481 registrado em ata o meu voto contrário. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Registrado em ata,
482 então, o voto contrário do Conselheiro Maurício, dos Comitês de Bacias. Então, o primeiro Código Ramo
483 112, que é a questão de criação de aves, foi aprovado. Agora, quanto aos demais nós não tivemos nenhum
484 encaminhamento. Eu já vou colocar, de pronto, criação de suínos, Código 114.24, criação de suínos,
485 terminação com sistema de manejo, dejetos líquidos. Nós tínhamos uma proposta original de mil, e existe
486 agora a proposta da FEPAM de 600, essas duas propostas. Por favor, Valtemir. **Sr. Valtemir Goldmeier:**
487 Só tomo a liberdade de esclarecer que esse porte, 600 ou mil, na verdade, a proposta original que nós,
488 FAMURS, encaminhamos para cá, a pedido de várias instituições da área agrícola e dos secretários
489 municipais de agricultura dos municípios do Rio Grande do Sul, a proposta era de 1250 e aí eu explico por
490 que: porque esse porte, para sair desse porte, para passar para o porte excepcional, no caso do Rio Grande
491 do Sul, é os 600, que foi decidido algum dia, lá no Conselho de Administração da FEPAM, com todas
492 aquelas imitações que o Darci, Representante das Universidades, manifestou-se aqui. Agora, acontece que
493 esse porte, no caso do Rio Grande do Sul, que é 600, no caso de Santa Catarina ele é 1.250, e no caso do
494 Paraná ele é 3 mil. Então, eu até entendo a posição dos técnicos da FEPAM: foi uma posição de grande
495 precaução. Mas aqui tem um problema comercial dos municípios. Esse porte 600 não é financiado pelo
496 sistema integrado; ou tu financia 900 ou tu financia 400. Aí é uma questão de sobrevivência econômica
497 da agricultura e principalmente do pequeno agricultor. Então, é dentro desse contexto. Eu até entendo a
498 posição aqui manifestada pelos Comitês de Bacias sobre isso, mas o fato de passar 600 ou passar mil, a
499 diferença é comercial. Vocês me desculpem a posição que nós entendemos quanto a isso. **Sr. Flávio**
500 **Lewgoy:** Uma pergunta, Valtemir. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Sim, por favor. **Sr. Flávio Lewgoy:** Uma
501 coisa que o Valtemir falou que me chamou atenção – deve ter chamado de todos – as integradoras não
502 financiam determinados números quando consideram muito baixos. Mas eu pergunto – essa é a pergunta
503 que eu quero fazer –, a integradora financia sistema de tratamento? Para ela quanto mais melhor. Ela
504 financia sistemas de tratamento? Eu não ouvi isso. Eu creio que a lógica está dizendo, ou a lógica quer
505 dizer isso: não me parece que seja o que o Valtemir quis dizer, mas disse. **Sr. Valtemir Goldmeier:**
506 Professor Lewgoy, na verdade, as integradoras financiam, por meio dos bancos, projetos, e dentro do

507 projeto está incluída, além da parte material, até por cobrança de todos nós que trabalhamos nisso, os
508 sistemas de tratamento. **Sr. Flávio Lewgoy:** Então, não foi esclarecido isso. Está bom. **Sr. Valtemir**
509 **Goldmeier:** Na hora em que é financiado um projeto, para que esse projeto seja aprovado pelo sistema
510 financeiro, tem a necessidade de que ali esteja o projeto de tratamento. Aí, o que acontece? Quanto menor
511 o projeto, menor são os valores envolvidos, menor o valor que acaba sendo despendido para o sistema de
512 tratamento. É normal: quanto maior, mais vai se gastar em um projeto, mais vai se ter para sistema de
513 tratamento. É essa a posição. Então, eu só faço o apelo – eu sei que outros Conselheiros querem se
514 manifestar – nesse item, que a gente mantenha a posição dos mil que está sendo, em relação aos outros
515 Estados que a gente tem, é necessário que o Conselho da FEPAM se reúna e faça uma alteração dos seus
516 portes. É só isso. Até porque eu entendo que dentro do Sistema Estadual de Proteção Ambiental, do
517 SISEPA, o nosso Conselho é soberano. Entendo eu que essa situação tem que vir do CONSEMA para os
518 outros Conselhos que advêm desse Conselho. Obrigado. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):**
519 Obrigado, Valtemir. Mauro Moura, FEPAM, por favor. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Gente, essa é uma
520 questão muito complicada até para mim, porque na FEPAM eu acho que nós temos hoje 400 e poucas
521 tipologias industriais, agrícolas, enfim. Nós não estamos aqui discutindo questão comercial, o que é
522 melhor para uma empresa ou outra, quantos porcos criar, quantas galinhas criar. Aqui nós estamos a
523 questão ambiental. Nós estamos passando todos os portes médios para os municípios, menos um, que nós
524 estamos passando o excepcional, que é o de mil em vez de 600. Parece-me muito mais coerente passar
525 todos os médios para o município nesse momento – muito mais coerente. Tem municípios em que eu não
526 sei como vai ser enfrentada a questão; a FEPAM vai ter que ver quem tem problema de carga, no trato dos
527 efluentes dos suínos, vai ter que botar isso em um campo. Naquelas regiões marrons lá em cima, que
528 foram mostradas no mapa, não tem mais campo para botar, os porcos vão ter que ser deslocados para
529 outras regiões do Estado. Então, eu volto a reforçar que a gente tem que ter respeito às Câmaras Técnicas.
530 Essa questão do porte, se está havendo uma mudança de porte industrial, isso é uma questão técnica;
531 discute lá na Câmara, vai lá discutir com a FEPAM, não é um conceito de administração – desculpe – que
532 dá esses portes, ele aprova esses portes, esses portes vêm da área técnica da FEPAM. Não é o Conselho
533 que hoje senta lá e hoje viu, está bom; não, isso vem de um processo que vai justificar do Conselho de
534 Administração. O Conselho de Administração olha – tem representantes de várias áreas no Conselho –,
535 pede vista, às vezes, para discutir com os próprios técnicos. Então, eu recomendo que se faça realmente a
536 manutenção de todos os portes médios, ou seja, se volte a 600 ali, e se o setor agrícola está se
537 posicionando porque hoje os portes que as indústrias estão adotando são outros, converse com o Conselho
538 de Administração da FEPAM, nós mudamos isso se formos convencidos de que isso realmente está se
539 aplicando no mercado; ninguém vai deixar de mudar, já mudamos um monte de coisas. Então, eu sugiro, a
540 FEPAM segure, que volte a 600 e que se mantenha o porte médio para todas as tipologias ali apresentadas
541 para suinocultura. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado. Paulino, FETAG. **Sr. Paulino**
542 **Olivo Donatti:** Não querendo discordar do Mauro, mas a nossa posição como produtores e técnicos
543 também é de que permaneçam os mil, porque no pedido da FETAG, da área produtora, era maior ainda o
544 número, Mauro. Não era menor, era maior o número; em uma negociação nós o reduzimos. Agora nós não
545 podemos reduzir mais porque é uma questão técnica. É o seguinte: nós temos que olhar a questão técnica
546 ambiental, nós temos que olhar a questão técnica de logística das empresas integradoras e nós também
547 temos que olhar o agricultor. Então, nós não estamos querendo desmerecer ninguém nessa questão,
548 simplesmente tentar viabilizar o produtor, viabilizar toda a estrutura da área produtiva, e não desmerecer a
549 área técnica. Hoje, na questão dos dejetos suínos, eu acho que FEPAM, municípios, entidades
550 representativas deveriam estar, e estão dispostas, eu acho, a encontrar alternativas para o controle dos
551 dejetos. Tem várias técnicas disponíveis, e eu acho que o poder público também não precisa estar aí, tanto
552 o federal, como o estadual, como o municipal, só cobrando; eu acho que poderia também dar alguma coisa
553 em troca de o produtor dispor-se a tratar esses dejetos. Hoje tem várias técnicas possíveis e até de ganhar
554 dinheiro em cima dos dejetos, é só o poder público também, os técnicos também, e as instituições também
555 quererem colaborar. Por isso que na questão de dejetos eu acho que não seria o problema. E na questão de
556 lá, por ter uma linha, de alterar um item, Mauro, não é tão complicado assim também. Eu acho que todos
557 nós temos conhecimento dessas áreas e sabemos que não é tão complicado alterar um Código, passar de
558 600 para mil, ou, como nós queríamos, mil e quinhentos, e reduzimos para mil já – a proposta da área
559 produtiva era mil e quinhentos, e reduzimos para mil. Eu acho que não é tão complicado assim; eu acho
560 que com o bom senso de todos nós, eu acho que podemos tocar isso adiante. **Sr. Adilson Carlos Metz:** Só
561 um pequeno esclarecimento, professor Lewgoy. É muito pertinente a sua preocupação, e talvez, realmente,
562 esse esclarecimento da FAMURS fez muito bem. Eu só acrescentaria o seguinte: primeiro, antes de liberar

563 um financiamento, tem que ter a licença, senão o banco não libera. Além disso, nessas integradoras, a
564 grande parte da produção é para exportação, e nenhum outro país de primeiro mundo está importando se
565 não tem as licenças ambientais. Inclusive, seguidamente, os importadores vão lá na indústria: *Dá-me a*
566 *relação dos teus agricultores que produzem*. E eles escolhem alguns nomes e vão lá na propriedade
567 fiscalizar. Então, eu acho que isso também precisa ser dito. É pertinente a preocupação do professor, mas
568 hoje, realmente, esses grande volumes que dependem de exportação, para financiar tem que ter a licença, e
569 mesmo licenciado, eu acho que é auditoria o nome certo, que os importadores fazem. Eles chegam lá na
570 indústria: *Eu quero a relação dos produtores*. Aí eles vão, por meio do GPS, e visitam as propriedade; se
571 eles encontrarem qualquer coisa, aquela propriedade é interdita e enquanto ela não estiver legalizada,
572 eles podem perder a condição de exportador. Então, apenas no sentido de ajudar a esclarecer. Realmente,
573 professor, nesse caso, muito pertinente a sua preocupação. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):**
574 Obrigado. Professor Campani. **Sr. Darci Bernech Campani:** A fala do Mauro só me deixou com uma
575 confusão. Eu, na mecânica, para os estudantes da mecânica eu ensino que matéria orgânica tratada é
576 matéria orgânica estabilizada, antes ela não estava tratada. E na agronomia a gente ensina que 20 a 40
577 toneladas por hectare no solo, dependendo do tipo de solo, 20 ou 40 toneladas, consegue absorver sem que
578 seja causado nenhum problema de poluição. Então, tu falaste que tem que tratar e tem que arranjar onde
579 dispor. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Eu disse que nessas áreas não tem mais área para fazer a
580 exploração, tem muito poucas áreas. **Sr. Darci Bernech Campani:** Eu acho que nós estamos tendo
581 problema; talvez a gente tenha que conversar com a FETAG, com esse pessoal que trabalha nessa área
582 para qualificar o sistema de tratamento. Ali na resolução fala em sistema com tratamento; nós estamos
583 falando em sistema com tratamento, não estamos falando em sistema sem tratamento. Sistema sem
584 tratamento não tem licenciamento, não tem nem que avaliar. Então, talvez a gente possa aprofundar para
585 outras discussões, para ação. Quando a gente fala em políticas públicas, é a discussão de como é que está
586 sendo feito esse tratamento. Às vezes, tem a estrutura, como tinha a Avipal aqui em Porto Alegre, que
587 tinha uma estrutura de tratamento, e a SMAM teve que interditar e tudo mais. Mas eu acho que dá para
588 resolver, até para resolver uma coisa que o Valtemir aqui está dizendo, que o esterco da galinha tem valor
589 econômico; o esterco do porto também tem que ter valor econômico, não tem porque um ter valor e outro
590 não; o esterco, a composição, a função é exatamente a mesma no solo. **Senhor Presidente (Giancarlo**
591 **Tusi Pinto):** Obrigado, professor. Bem, temos duas propostas então. Vou colocar em votação a proposta
592 original: Tipologia 14.24, criação de suínos, terminação, com sistema de manejo de dejetos líquidos.
593 Proposta de mil suínos. Os Conselheiros que são favoráveis a proposta de mil suínos, por favor,
594 manifestem-se. *(9 Conselheiros a favor, 6 Conselheiros contrários; 2 abstenções.) Aprovada.* **Sr.**
595 **Maurício Colombo:** Senhor Presidente, gostaria que fosse consignado em Ata o voto contrário dos
596 Comitês de Bacias. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Consignado em Ata o voto contrário à
597 proposta de mil, dos Comitês de Bacias. Próxima proposta, questão da silvicultura. Na silvicultura nós
598 temos – vou ler de novo as tipologias –: Tipologia 126, 126.1, 126.2. A proposta original é passar para os
599 municípios até menos de 30 hectares a silvicultura de pínus, e até 40 hectares, eucaliptos e acácia. O
600 primeiro parecer a Mira-Serra é a sugestão de criação de um grupo de trabalho para estudar o assunto.
601 Primeiro, o parecer da Mira-Serra é que não se vote hoje e que se constitua um grupo de trabalho. A
602 segunda proposição é do Valtemir, que se inclua um parágrafo tratando-se diferentemente – nós vamos ter
603 que redigir esse parágrafo – garantindo que – para mim isso já está garantido no próprio zoneamento –
604 para a agricultura familiar seja obrigatório o licenciamento municipal quando do replantio, ou seja, do
605 plantio feio após a aprovação dos ZAS. Nós temos a votação original, 30 hectares e 40 hectares; a
606 sugestão e o parecer da Mira-Serra, de que se crie um grupo de trabalho; e, por último, vamos votar a
607 sugestão da FAMURS, de que se inclua um novo parágrafo. Então, vamos lá. Em votação a proposta
608 original. Eu vou ler a proposta original para não restarem dúvidas: Silvicultura, Código de Ramo 126.1,
609 silviculturas exóticas com alta capacidade invasora, pínus, passar para o município o porte de até 30
610 hectares. Código de Ramo 126.2, silviculturas exóticas com baixa capacidade invasora, eucalipto e acácia,
611 até 40 hectares. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação assim como está, por favor, manifestem-
612 se. *(4 Conselheiros a favor, 8 Conselheiros contrários; 1 abstenção.)*. **Sr. Maurício Colombo:** Senhor
613 Presidente, gostaria de consignar em Ata o voto contrário dos Comitês de Bacias. **Senhor Presidente**
614 **(Giancarlo Tusi Pinto):** Registrado em Ata o voto contrário dos Comitês de Bacias quanto à proposta da
615 silvicultura. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Questão de ordem. Eu entendo que a minha proposta não se inclui
616 no artigo segundo. A minha proposta inclui-se lá no artigo terceiro, um parágrafo no artigo terceiro. Eu só
617 quis discutir – eu não discuti porte ali –, eu apenas quis colocar o parágrafo no sentido de que haveria, no
618 processo de licenciamento, uma vez municipalizado, ele se daria de uma forma simplificada e no rito

619 antigo. Ponto. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Nós colocaríamos em votação isso, mas como
620 não passou a proposta original. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Não consigo entender quais são as propostas
621 que estão em votação. Desculpe-me. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** A primeira é a original,
622 que está na resolução. **Sr. Valtemir Goldmeier:** E a segunda, qual é? **Senhor Presidente (Giancarlo**
623 **Tusi Pinto):** A segunda é a criação do parecer da Mira-Serra, criar um grupo de trabalho para reavaliar
624 essa proposta. Ou seja, a proposta original foi negada: oito votos contrários, pela aprovação, a passar para
625 o município a silvicultura. Essa já foi. Agora, já que essa está negada, a proposta apresentada pela Mira-
626 Serra. Foi esclarecido o que nós estávamos votando. **Sr. Paulino Olivo Donatti:** É o seguinte: eu acho
627 que foi esclarecido só em parte. Você colocou a proposta original, a que todos os que se manifestaram
628 antes são contrários, inclusive, nós, FETAG, teríamos uns adendos. Então, ganhou a eliminação dessa,
629 como está aqui no texto. Só que a FETAG tem propostas para inclusão da questão que lemos antes, que
630 está em suas mãos. A FAMURS tem proposta também. Então, agora eu acho que nós tínhamos que votar
631 essas propostas, ou a ida dela para formar uma Câmara Técnica. As questões são muito claras: ou a
632 inclusão, aprovação com essas inclusões da FETAG e da FAMURS, ou, então, se for derrotado, vai para a
633 Câmara Técnica. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Perfeito. Nós estamos em votação. A
634 proposta original foi recusada. Ponto. Foi recusada. Agora nós vamos votar o item dois, que é a primeira
635 manifestação, Lisiane, Mira-Serra, de criar um grupo de trabalho. Se essa proposta for aprovada, morre a
636 proposta três, que é a proposta da FETAG, que está aqui para ser lida, que contempla, eu acho, um pouco
637 do que falta. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Como é que contempla a proposta da FETAG se não pode
638 municipalizar nada? **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Não, a proposta da FETAG é
639 municipalizar nos itens 126.1 e 126.2, de que nós estamos falando, constantes da pauta: *Propõe que o*
640 *licenciamento das atividades deve ser tratado de forma simplificada e diferenciada.* Municipaliza, e aí
641 inclui essa tua questão de tratar de forma diferenciada, que foi o que eu falei na abertura. São três. Mauro,
642 por favor. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Eu volto, mais uma vez – talvez eu esteja errado – a pedir
643 respeito às Câmaras Técnicas. Se nós vamos retornar esse assunto, vamos retornar à Câmara Técnica de
644 Biodiversidade; não vamos criar um grupo especial, o que para mim dá impressão de desrespeito a uma
645 Câmara, e outras que tratam desse assunto. Se nós vamos retornar esse assunto, vamos retornar à Câmara
646 de Biodiversidade e respeitá-la. Dá a impressão que ao criar um GT, nós estamos desrespeitando essa e
647 outras Câmaras. Desculpe. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Já há concordância. Por favor,
648 Lisiane. Já há concordância da Mira-Serra de que não se crie o grupo, que retorne o debate para a Câmara
649 Técnica, que também é a solicitação dos Comitês de Bacias. **Sra. Lisiane Becker:** Inclusive, eu concordo.
650 A sugestão do GT foi porque nós tentamos várias vezes que retornasse às Câmaras Técnicas, e não
651 conseguimos. Então, a gente pensou na questão do GT especificamente, mas se for retornar, for avaliado
652 pela Biodiversidade, nós concordamos. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Então, agora em
653 votação a Proposta 2 da Mira-Serra, que era originária de um grupo de trabalho, mas desde que o Item
654 126, 126.1, 126.2, silvicultura, retorne para nova deliberação, um novo retorno – se é que não há
655 deliberação – da Câmara Técnica. Conselheiros que são favoráveis a que retorne para Câmara Técnica de
656 Biodiversidade, por favor, manifestem-se. *(8 Conselheiros a favor, 3 Conselheiros contrários; 3*
657 *abstenções.).* **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Então, está *aprovado* o retorno do assunto para
658 a Câmara Técnica de Biodiversidade. Não temos *quorum*. Vou fazer uma verificação. Não tem *quorum*.
659 Não havendo *quorum*, nós vamos ter que retornar à pauta na próxima reunião. Só vou pedir que os
660 Conselheiros retornem em respeito aos municípios que estão aqui. Vou fazer uma verificação de *quorum*.
661 Só um segundo, a Andrea foi chamar os Conselheiros que estão no corredor. **Sr. Darci Bernech**
662 **Campani:** Só um esclarecimento: se não tiver *quorum*, a reunião acabou? **Senhor Presidente (Giancarlo**
663 **Tusi Pinto):** Se não tiver *quorum*, termina a nossa reunião. Vou fazer uma verificação de *quorum*, por
664 favor. Não adianta ter *quorum* se os Conselheiros não estão na reunião. Não temos *quorum* por enquanto.
665 Não temos *quorum*. Agora não temos *quorum*, não temos como deliberar. Eu vou passar ao próximo item
666 da pauta de hoje, que não precisa de deliberação, que são Assuntos Gerais. Tem alguns itens aqui. **5.**
667 **Assuntos Gerais.** **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Primeiro item dos Assuntos Gerias: uma
668 correspondência recebida da ONG Ingá. *Pendências e temas que o Ingá gostaria de fundamentar serem*
669 *tratadas pelo CONSEMA.* Eu vou ler a correspondência, Senhores Conselheiros. *O Ingá veio por meio*
670 *desta entender que o CONSEMA defina e discuta temas ambientais estratégicos que deveriam ser*
671 *tratados por este Conselho, fortalecendo o papel do mesmo. Alguns desses temas consideramos pendentes*
672 *de definições na pauta do CONSEMA de 2009. Nesse primeiro aspecto, nós reportamos a carta enviada*
673 *pelo Ingá em 13 de outubro de 2009, anexo – Paulo, depois tu me dás o anexo – relativo à implantação de*
674 *grandes parques eólicos que estão sendo previstos e licenciados para a última grande área de dunas no*

675 litoral norte. Da mesma forma, solicitamos que tanto esse como os outros empreendimentos, no caso de
676 ocupação urbana, com licenças dadas pela FEPAM para a região que estão sendo contestadas na justiça
677 possam ter o processo de licenciamento interrompido até que se tenha as diretrizes para a conservação)
678 da biodiversidade do litoral norte. Para isso, solicitamos antecipadamente que sejam promovidas
679 reuniões da Câmara Técnica de Biodiversidade e Política Florestal do CONSEMA para o fortalecimento
680 dessas diretrizes, tendo em conta que municípios como Xangri-lá, com mais de 30 grande
681 empreendimento imobiliários, loteamentos fechados, praticamente exauriram com as áreas naturais do
682 mesmo. O assunto pendente de alta relevância, referente à aprovação da resolução 277 de novembro de
683 2009, que define o novo conteúdo do ZAS, ainda sem anexo; ou seja, não existe definição alguma quanto
684 ao teor da modificação, não definindo o prazo para a sua revisão nem qualquer informação técnica de
685 seu conteúdo à sociedade. Um aspecto reivindicado pelas ONGs a mais de três anos é aquele que solicita
686 a reativação da Câmara Técnica do Fundo Estadual do Meio Ambiente, compromisso ainda pendente e
687 sem perspectivas de encaminhamento. Outros temas em que solicitamos o envolvimento do CONSEMA:
688 PL 154, bem como as propostas de mudança no Código Florestal; discussão sobre o projeto da RS
689 Biodiversidade, com parte da Câmara Técnica de Biodiversidade e Política Florestal, bem como parte
690 dos técnicos da SEMA, de universidades, membros de ONGs, entre outras entidades que não somente das
691 regiões foco do projeto; maior discussão democrática em tempo suficiente para definição das políticas
692 das mudanças climáticas com envolvimento do Fórum Gaúcho, bem como o real envolvimento de técnicos
693 dos demais membros afetos ao tema, tanto da SEMA quando de universidades, ONGs, entre outras.
694 Mecanismo democrático de diretrizes sólidas para uma política estadual de compensações ambientais
695 com a participação das ONGs e outros setores da sociedade, definição das diretrizes que incrementem
696 áreas de UCs com maior parte de recursos das compensações; reavaliação da eficácia da habilitação
697 municipal por parte de um mecanismo de cobrança e acompanhamento, inclusive incorporando a
698 necessidade de fortalecimento dos entes públicos municipais com integração de políticas entre os
699 diferentes âmbitos do Estado; definição de uma área de unidades de conservação a ser implantada no
700 bioma pampa para compensação aos grandes empreendimentos da suinocultura; calendário de atividades
701 técnicas de avaliação das metas brasileiras da biodiversidade de comemoração de 2010, ano
702 internacional da biodiversidade. Solicitamos a avaliação da pertinência desses temas por parte do
703 Plenário do CONSEMA para que venham incluídos nas próximas pautas das reuniões. Assuntos Gerais
704 tem duas questões: professor Darci Campani primeiro, depois Lisiane da Mira-Serra. **Sr. Darci Bernech**
705 **Campani:** Até a minha inscrição é para se somar a uma das demandas no Inga. Na última reunião do
706 Conselho, de 2009, foi trazida à pauta a questão do Projeto de Lei 154, e a posição que foi apresentada
707 aqui pela SEMA, a visão conjuntural política do projeto é de que ele tinha sido, ao natural, arquivado, pelo
708 fim da legislatura, e que por se tratar de ano eleitoral provavelmente não iria ser desarquivado e a gente
709 não teria que se defrontar com esse projeto no ano de 2010. As informações que nós temos, pela nossa
710 militância, é que não é o que está acontecendo; o projeto será desarquivado, a comissão está sendo.
711 **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Já foi desarquivado. **Sr. Darci Bernech Campani:** Já foi
712 desarquivado, e o comprometimento que a Secretaria, que a SEMA tinha tido perante o CONSEMA de
713 que a SEMA puxaria essa discussão e faria a discussão da legislação ambiental do Rio Grande do Sul
714 enquanto o seu grande tema para esse ano inteiro, um projeto discutido aqui no CONSEMA é legislação
715 ambiental. Então, a gente quer que tenha – como já teve na questão da resolução que não tem um
716 calendário ainda aprovado – um calendário para saber que a SEMA vai ter uma proposta e que a gente vai
717 poder discutir aqui, e não ficar perdendo tempo discutindo um projeto que tem vício de origem, tem toda
718 uma discussão que só vai nos desgastar enquanto Estado em uma discussão infrutífera. Então, a gente quer
719 da secretaria somar-se ao Inga, mas especificamente mais ainda nessa questão do PL 154. **Senhor**
720 **Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Perfeito. Só um esclarecimento antes de passar para a Lisiane.
721 Daquela reunião do CONSEMA de contrariedade ao PL 154, foi encaminhado um ofício do CONSEMA
722 à Senhora Governadora e aos Deputados da Assembleia Legislativa manifestando a contrariedade do
723 CONSEMA e o pedido para que o assunto fosse arquivado e tratado no âmbito competente que é este
724 Conselho. Lisiane, por favor. **Sra. Lisiane Becker:** Eu tenho algumas notícias e alguns convites. A Mira-
725 Serra conseguiu aprovar, e foi publicado no Diário Oficial da União, o plano de manejo da primeira RPPN
726 do Rio Grande do Sul. É a primeira Reserva Particular do patrimônio Natural, que tem seu plano de
727 manejo aprovado e já publicado no Diário Oficial em uma portaria de fevereiro. Então, é mais uma
728 experiência interessante para o Estado. Também queria convidas a todos para o dia 21 de março – não sei
729 se vamos ter uma reunião antes disso ainda – para o passeio ecociclístico que vai acontecer na APA Rota
730 do Sol. A SEMA inclusive é uma das proponentes, a Mira-Serra é parceira. Também pedimos uma

731 solicitação de informação para a mesa sobre como é que anda a formação dos Conselhos Consultivos de
732 algumas unidades de conservação, principalmente a de São Francisco de Paula. A nomeação da Junta
733 Superior de Julgamento de Infrações Florestais, como é que está essa nomeação? Como está também o
734 convênio da Brigada Militar com a SEMA? E sobre a possibilidade de fortalecer a identidade funcional
735 dos técnicos concursados nas unidades de conservação. Acrescentando a essa parte de preocupação com
736 unidades de conservação, eu queria lembrar que nós temos vários ofícios pedindo para que fosse
737 apresentado aqui o Plano Estadual de Unidades de Conservação. Está cheio aqui, tem vários, as ONGs
738 fizeram uma pauta enorme; até agora não foi apresentado nenhum, a não ser sobre a Mata Atlântica – foi o
739 único tema de uma lista de mais de duas páginas. Tem mais de duas páginas de itens pedindo. São
740 importantes pontos de vista de política pública, e não ficar só tratando de municípios. Também coloco, até
741 atendendo o Município de São Francisco de Paula, já que não vamos poder falar deles hoje, uma
742 preocupação que está expressa no pano ambiental é sobre a legislação sobre espécies exóticas. Isso já foi
743 levado ao CONAMA; na semana que vem, estarei em um grupo de trabalho e eu gostaria que o município
744 me encaminhasse qual é exatamente a preocupação em cima. Isso aqui ficou muito vago no plano, eu até
745 iria perguntar hoje para levar na semana que vem. A gente está com esse trabalho de espécies exóticas,
746 translocação em ambiente aquático dessa vez; então, se puderem apresentar alguma coisa, estou viajando
747 terça-feira, se puderem mandar por e-meio. Também uma informação sobre a próxima Plenária do
748 CONAMA, se alguém tiver alguma sugestão. Ontem nós conseguimos aprovar uma consolidação da
749 legislação ambiental para impactos ambientais em unidades de conservação, então, ainda está complicado
750 porque foi ontem que se completou essa análise; foram cinco longas reuniões, inclusive com a Câmara
751 Técnica de Assuntos Jurídicos. Então, assim que já estiver no *site* do CONAMA, eu vou repassar para a
752 Andréa, e a Andréa repassa para os Conselheiros como ficou essa proposta – porque é em 17 e 18, que é a
753 reunião do CONAMA – para ter tempo para o pessoal dar uma olhada porque vai, com certeza, influenciar
754 aqui no Rio Grande do Sul, porque se trata de todas as unidades de conservação e de todos os tipos de
755 impacto, os de grande impacto ambiental e os outros impactos ambientais. Era isso. **Senhor Presidente**
756 **(Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado. Conselheiro Valtemir. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Eu vou solicitar em
757 nome da FAMURS que a gente passe à apreciação do Item 5 da pauta, deixe esse item da Resolução 102
758 para o final da reunião, e assim que tiver sido feita a apreciação, que se faça a verificação de *quorum*. O
759 Item 5 seria da qualificação, **posterior** à presença de prefeitos, dirigentes, dois municípios que já
760 estiveram na pauta na reunião anterior, que foi pedido vista e retornou para essa. Então, eu vou solicitar
761 que a gente, então, passasse para a Qualificação dos Municípios, que envolve tanto a leitura dos pareceres
762 em relação aos pedidos de vista, bem como à qualificação. Obrigado. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi**
763 **Pinto):** Farei duas **coisas:** primeiro, fazer a verificação do *quorum*; havendo *quorum*, podemos deliberar a
764 proposta de alteração de pauta. Professor Campani. **Sr. Darci Bernech Campani:** Ainda dentro do ponto
765 de pauta de Assuntos Gerais eu queria uma resposta mais concreta. A Secretaria já se posicionou contra o
766 PL 154. Ótimo, é um grande reforço político para a discussão. Eu quero um encaminhamento concreto de
767 como é que vai ser articulado isso aqui dentro do CONSEMA, dentro da SEMA, para que se faça
768 realmente essa discussão da legislação ambiental gaúcha. Na questão do *quorum*, eu fui bem claro, eu
769 perguntei: então a reunião não tem *quorum*. Essa questão de o assunto me é ruim, eu saiu, tiro *quorum*; o
770 assunto me é bom, eu fico para dar *quorum*, eu sou contra, completamente contra. Eu acho que não é
771 assim que se leva a reunião do Conselho Superior de Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul. Se
772 for colocado isso em votação eu me retiro da reunião e solicito às outras entidades para que também se
773 retirem para não haver *quorum*. O respeito aos prefeitos tinha que ter durante toda a reunião, não agora
774 fazer, aí eu chamaria de populismo. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Perfeito. Bem, pelo
775 nosso regimento, a qualquer momento durante a reunião pode ser pedida a verificação de *quorum*. Então,
776 não posso, de forma alguma, negar esse pedido. Então, eu faço agora a verificação de *quorum*. Vou fazer
777 uma verificação nominal. Secretaria do Meio Ambiente. Secretaria da Agricultura e Abastecimento.
778 Secretaria de Ciência e Tecnologia, ausente. SEDAI, presente. Secretaria de Obras Públicas e Saneamento,
779 ausente. Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, presente. Ingá, presente. AGAPAN, presente.
780 Mira-Serra, presente. Amigos da Floresta, presente. Instituição Universitária Pública, ausente. FETAG,
781 presente. FIERGS, presente. FAMURS, presente. IBAMA, presente. Comitês de Bacia, presente. FEPAM,
782 presente. 14 Conselheiros, Não temos *quorum*. Não tendo mais assuntos a deliberar não tendo *quorum*. **Sr.**
783 **Valtemir Goldmeier:** Presidente, questão de ordem. Haveria possibilidade de chamar uma reunião
784 extraordinária em relação a esse caso dos municípios? **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Sim.
785 **Sr. Valtemir Goldmeier:** Quem sabe vamos deixar marcada para quinta que vem uma reunião
786 extraordinária, quinta que vem, dia 4. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Tu falas relativamente

787 à Resolução 102 ou à Habilitação de Municípios? **Sr. Valtemir Goldmeier:** Habilitação dos Municípios.
788 **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Habilitação dos Municípios. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Pauta
789 única, Habilitação de Municípios. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Só municípios. Até em
790 respeito aos municípios, eu agradeço a presença de todos. Convocares uma reunião extraordinária. A
791 Andréa tem que compatibilizar a pauta porque muitas ONGs e os professores tem seus compromissos e
792 tal, mas vamos convocar uma reunião extraordinária deste Conselho para trata exclusivamente do Item
793 Qualificação de Municípios, começando, logicamente, por esses que estão aqui, que já voltaram para essa
794 pauta de hoje, os demais que estavam e, porventura, os que vierem. Alguma sugestão de data? **Sr.**
795 **Valtemir Goldmeier:** Sugestão de data, dia 9 de manhã. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Dia
796 9. Bem eu vou fazer o seguinte: a Andréa vai mandar um emeio com duas ou três sugestões de data para
797 todos os Conselheiros; aquela data que tiver a maior concordância dos Senhores Conselheiros será
798 marcada, mas isso até o dia 10 ou 12. Vamos dar umas duas ou três datas entre 9, 10, 11, 10, 11, 12
799 porque na outra semana tem reunião do CONAMA, e tanto nós, Secretaria, como as ONGs que não
800 puderam. Pode ser 8, 9 e 10, é só uma sugestão, três datas para a gente poder... Ok, Senhores
801 Conselheiros, eu agradeço a presença, e novamente peço desculpas às representações dos municípios pela
802 ausência do nosso *quorum*. (*Encerram-se os trabalhos às 16h23min*)